

# aval do próximo governo

comando atual só fará propostas que sucessor aceite

EDUARDO BRITO  
Enviado especial

Londres — Os gestores da economia brasileira na atual administração não seriam ingênuos a ponto de apresentar aos bancos condições que o próximo governo não seja capaz de aceitar. Pelo sim, pelo não, porém, os bancos credores deverão aguardar o acordo com o Fundo Monetário Internacional para fechar seu novo acordo com o Brasil.

Essa afirmativa é do banqueiro inglês E.Y. Whittle, chief executive do Lloyds Bank, um dos dois estabelecimentos de crédito da Inglaterra que mais empréstimos fez ao Brasil — estão por aqui 2,4 por cento do total de empréstimos do grupo. Whittle acredita que o País pode perfeitamente pagar sua dívida, mas não acha que os spreads a ele cobrados tenham condições de baixar.

"O México efetivamente consegue spreads bem inferiores aos exigidos ao Brasil, mas não há a expectativa de que essa situação mude. E isso ocorrerá independentemente da performance da economia brasileira, pois, afinal, o Brasil não tem petróleo", diz Whittle. Na realidade, os banqueiros estão convencidos de que, mesmo obtendo altos superávits em sua balança comercial, o País ainda se mantém extremamente exposto a crises cambiais, devido à sua dependência energética.

De qualquer forma, o diretor do Lloyds Bank acha mais fácil a renegociação nos termos propostos pelo governo brasileiro, sem pedido de dinheiro novo. "Trata-se, assim, apenas de examinar os juros e os

prazos", explica. Nem por isso os bancos deixarão de aguardar o sinal verde do FMI: "o Comitê de Assessoramento está esperando o que eles digam", afirma.

Nessas condições, embora isso não tenha sido comentado por Whittle, a interrupção dos contatos com a missão do FMI que regressou a Washington para consular deve levar a clícar em um prolongamento dos prazos previstos para a negociação. A reunião com os bancos prevista para 14 de dezembro não deverá, uma vez mais, terminar com um acordo, mas com o estabelecimento de uma nova rodada de negociações.

Embora vincule o bom termo das negociações à correspondência das propostas do atual governo às intenções do próximo, Whittle evita formular qualquer previsão a respeito de quem será o próximo presidente. No decorrer da conversa, porém, não deixa de se referir várias vezes a Tancredo Neves como ocupante do Palácio do Planalto.

O chief executive do Lloyds Bank, aliás, acaba de manter um longo contato, em Londres, com o banqueiro Olavo Setúbal, seu velho amigo. E, recentemente, almoçou com o secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles. Desses contatos e de sua observação pessoal tirou uma conclusão: está inteiramente afastada a possibilidade de uma iniciativa mais aventurosa em termos da negociação da dívida externa.

Ele tem um bom argumento nesse sentido. "Em um país como o Brasil, que não é uma banana republica, as decisões são partilhadas com toda uma burocracia que mantém sempre certa continuidade", explica. Dessa forma,

embora considere pessoas capacitadas e com pés na terra os prováveis ministros do futuro governo, acredita que de forma alguma haveria risco de quem, uma cúpula menos séria empreendesse medidas mais radicais na negociação da dívida.

Exatamente por isso Whittle não acredita na formação de um cartel de devedores — ou "clube de subprivilegiados", como prefere chamá-lo. Os bancos, diz ele, estão convencidos de que o Brasil tem objetivos nacionais, próprios, que não o levariam a aliar-se à Colômbia ou ao Peru, por exemplo.

O Lloyds Bank considera, porém, muito restritiva a legislação brasileira a propósito dos bancos estrangeiros que desejam se estabelecer no País. "Os grandes bancos brasileiros têm perfeitamente como se defender; não seriam de forma alguma esmagados pelos estrangeiros", afirma ele ao ressaltar que "a economia do País é tão grande que pode absorver os bancos de fora que desejam entrar nela". Para isso, calcula ele, um banco estrangeiro precisaria internalizar um mínimo de US\$ 100 milhões de capital.

De qualquer forma, Whittle acha que as taxas de juros no mercado internacional tendem a cair só a curto prazo. "O ritmo da recuperação da economia norte-americana calu com mais rapidez que se esperava e, portanto, as taxas devem baixar também. Mas se o déficit público dos Estados Unidos crescer mais no ano que vem, como se espera apesar das medidas de contenção adotadas pelo governo Reagan, a subida recomeçará", prevê o banqueiro.

ONADO 225-0721

# Credor quer Banqueiros acham que